



REVISTA  
Casa da

ISSN 2316-8056

**GEOGRAFIA**  
de Sobral

# ÁGUAS DE TRABALHO E ÁGUAS DE NEGÓCIO: EXTRATIVISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS

Waters of work and waters of business: Extractivism and territorial conflicts

Aguas de trabajo y aguas de negocios: Extractivismo y conflictos territoriales

doi <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.980>

Anderson Camargo Rodrigues Brito<sup>1</sup>

Histórico do Artigo:

Recebido em 18 de setembro de 2023

Aceito em 01 de outubro de 2024

Publicado em 07 de outubro de 2024

## RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o processo de territorialização de atividades econômicas extrativas integradas entre os litorais e os sertões do Nordeste, com vistas a compreender o papel exercido pelo controle territorial das águas no contexto de conflitos no espaço agrário. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, da realização de atividades de campo em espaços produtivos e comunidades camponesas e tradicionais, verificamos que a montagem de uma geografia lacustre artificial das águas que conforma um percurso controlado para o Rio Jaguaribe no Ceará, repercute na reprodução da natureza em um regime de exceção que impõe, pela violência, circuitos extrativos hidrointensivos. Por outro lado, a forma como os sertões do Nordeste se insere nos circuitos mundializados de reprodução do capital financeiro impõe abundância e escassez de água em uma dinâmica territorial marcada por uma intensa questão agrária. A realização política dessa economia extrativa reduz o poder de articulação das instâncias de representações comunitárias a partir da incorporação do trabalho camponês ou quilombola nas estruturas de confinamento das águas. Desse modo, redução das águas do Rio Jaguaribe nas regiões costeiras tem sido o modo de produção de novos cercamentos em áreas de mangues mortos, o cativeiro das águas – uma faixa estreita cercada de água – serve para criar camarões em comunidades que tiveram seus espaços comuns cercados pelos parques eólicos. Assim, a instabilidade econômica do mercado da fruticultura irrigada exige um permanente processo de expansão das áreas de cultivo, o que tem provocado a incorporação de aquíferos como renda diferencial e capital constante. As comunidades camponesas e tradicionais têm redefinido suas ações de contestação à essa lógica se colocando como produtoras de uma crítica ao desenvolvimento.

**Palavras-Chaves:** Extrativismo. Rio Jaguaribe. Obras Hídricas. Comunidades Camponesas. Comunidades Quilombolas.

<sup>1</sup> Professor de Geografia da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará, Doutor em Geografia pela UFPE, Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – LEPEC/UFPE e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – LABGEA/URCA. Email: anderson.camargo@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8889-6574>

## ABSTRACT

This article aims to analyze the territorialization process of extractive economic activities integrated between the coasts and hinterlands of the Northeast, in order to understand the role played by the territorial control of waters in the context of conflicts in the agrarian space. Based on bibliographical and documentary research, and on the accomplishment of field activities in productive spaces and peasant and traditional communities, we verified that the construction of an artificial lake geography of waters that forms a controlled route to the Jaguaribe River in Ceará, has repercussions on the reproduction of nature in an exceptional regime that imposes, through violence, hydro-intensive extractive circuits. The way in which the hinterlands of the Northeast are inserted into globalized circuits for the recovery of financial capital imposes an abundance and scarcity of water in a territorial dynamic marked by an intense agrarian issue. The political realization of an extractive economy reduces the articulation power of community representation instances through the incorporation of peasant or quilombola work into water confinement structures. The reduction of the waters of the Jaguaribe River in coastal regions has been the method of producing new enclosures in areas of dead mangroves, the captivity of the waters – a narrow strip surrounded by water – serves to raise shrimp in communities that had their common spaces surrounded by wind farms. The economic instability of the irrigated fruit growing market requires a permanent process of expansion of cultivation areas, which has led to the incorporation of aquifers as differential income and constant capital. Peasant and traditional communities redefined their actions to contest this logic, positioning themselves as producers of a critique of development.

**Keywords:** Extractivism. Jaguaribe River. Water Works. Peasant Communities. Quilombola Communities.

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar el proceso de territorialización de las actividades económicas extractivas integradas entre el litoral y los sertones del Nordeste, con vistas a comprender el papel desempeñado por el control territorial del agua en el contexto de los conflictos en el espacio agrario. A partir de la investigación bibliográfica y documental, además del trabajo de campo en espacios productivos y comunidades campesinas y tradicionales, constatamos que la creación de una geografía lacustre artificial de las aguas que forman un curso controlado para el Río Jaguaribe en Ceará repercute en la reproducción de la naturaleza en un régimen de excepción que impone, a través de la violencia, circuitos extractivos hidrintensivos. La forma en que los sertones del Nordeste se insertan en los circuitos globalizados de reproducción del capital financiero impone la abundancia y la escasez de agua en una dinámica territorial marcada por una intensa disputa agraria. La materialización política de esta economía extractiva reduce el poder de articulación de los órganos representativos de las comunidades al incorporar mano de obra campesina o quilombola a las estructuras de cercamiento de las aguas. La reducción de las aguas del Río Jaguaribe en las regiones costeras ha sido el modo de producción de nuevos cercamientos en áreas de manglares muertos; el cautiverio de las aguas - una estrecha franja rodeada de agua - sirve para criar camarones en comunidades que han tenido sus espacios comunes cercados por parques eólicos. La inestabilidad económica del mercado frutícola irrigado exige un proceso permanente de expansión de las áreas de cultivo, lo cual ha llevado a la incorporación de los acuíferos como renta diferencial y capital constante. Las comunidades campesinas y tradicionales han redefinido sus acciones para desafiar esta lógica, posicionándose como productoras de una crítica al desarrollo.

**Palabras clave:** Extractivismo. Río Jaguaribe. Obras Hidráulicas. Comunidades Campesinas. Comunidades Quilombolas.

## INTRODUÇÃO

A crescente intermediação do capital financeiro nos processos produtivos tem intensificado a territorialização de atividades extrativistas entre o litoral e os sertões do Nordeste brasileiro. O presente artigo analisa esse contexto de transformações territoriais a partir do controle territorial dos mananciais hídricos e da intensificação dos conflitos territoriais no espaço agrário.

O presente estudo objetiva realizar uma análise do processo de territorialização de atividades econômicas extrativas, com vistas a compreender a centralidade do controle territorial das águas nos conflitos territoriais no espaço agrário. Objetiva-se com a investigação, mais especificamente, compreender as relações entre Estado, natureza e desenvolvimento na conformação das commodities como eixo central de organização da economia-política brasileira no século XXI; investigar o controle territorial do Rio Jaguaribe como elemento constitutivo desse processo de territorialização; bem como compreender o exercício de influência da imposição de uma gestão empresarial dos recursos hídricos na dinâmica de conflitos territoriais no espaço agrário.

Este estudo foi construído por meio de uma análise bibliográfica dos conceitos de extrativismo, de questão agrária e de conflitos territoriais no campo, a partir das bases teóricas e metodológicas do Materialismo Histórico e Dialético. Os referidos conceitos foram mobilizados na pesquisa como ferramentas para compreender o processo de territorialização de circuitos econômicos extrativos entre o litoral e os sertões do Nordeste brasileiro, para tanto, mobilizamos um referencial teórico com vistas a compreender e mobilizar os referidos conceitos no processo analítico, tais como Acosta (2016), Bartra (2014), Gudynas (2010), Martins (2015), Marx (2012), Paulani (2008), entre outras/os. Realizamos pesquisa documental em órgãos do Estado que lidam com a gestão de recursos hídricos, em documentos públicos sobre investimentos financeiros e em obras de infraestrutura, bem como em banco de dados de entidades que assessoram movimentos sociais no espaço agrário, tais como o Instituto Terramar e o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Nesta perspectiva, foram realizadas duas atividades de campo nos municípios de Aracati, Ceará e Apodi, Rio Grande do Norte entre os meses de setembro e novembro de 2018. Nessas ocasiões, acompanhado de outros pesquisadores integrantes do Núcleo Tramas, da UFC, e do Laboratórios de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato, da UFPE, realizamos entrevistas com moradores/as de comunidades envolvidas em conflitos territoriais no contexto de territorialização de atividades extrativistas. Realizamos, no âmbito do trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, visita à espaços produtivos, associações comunitárias e obras de infraestrutura hídrica. Sobre todos os dados recolhidos foram realizadas análises qualitativas.

Este artigo é composto de três seções analíticas e das considerações finais. Na primeira seção, realiza-se uma reflexão sobre a montagem de uma economia política extrativa que está expressa na centralidade das commodities naturais na composição da pauta de exportação da economia brasileira. Para esse propósito, dois aspectos são levados em consideração, a atuação do Estado na legitimação e estruturação desses circuitos econômicos integrados e o controle territorial da natureza impetrado por esses processos produtivos.

A segunda parte do artigo investiga o processo de controle territorial do Rio Jaguaribe a partir da constituição de um sistema lacustre artificial composto por reservatórios e integrações de bacias hidrográficas que interligam e asseguram a expansão de atividades econômicas extrativistas. Para tanto, foi levado em consideração o papel do conhecimento científico na montagem desse engenhoso sistema, com o objetivo de refletir como ideologias espaciais justificadoras dessas intervenções foram elaboradas e redefinidas, tais como: vocação agrícola e soluções hidráulicas.

Já a terceira seção do artigo analisa as repercussões dessas transformações territoriais em comunidades tradicionais e camponesas em Aracati, Ceará e Apodi, Rio Grande do Norte. Verificamos que a produção de represamentos à jusante da Bacia assegura uma lógica de expansão de estruturas produtivas improváveis em zonas de natureza de exceção. Deste modo, ao analisar, por um viés escalar, o controle territorial da água, foi possível compreender que o contexto de acirramento das diferenças, da ampliação das formas de violência institucional e da gestão das contradições pela lógica da segurança privada, - elementos característicos da ascensão do autoritarismo no Brasil nos últimos anos- se intensificaram antecipadamente nas comunidades tradicionais com a territorialização de atividades econômicas no contexto de neoliberalização da economia.

## **ESTADO, NATUREZA, DESENVOLVIMENTO E EXTRATIVISMOS**

A cartografia da expansão das atividades extrativas no Brasil nas últimas três décadas tem farejado os locais com maior potencial hídrico e o *modus operandi* dessa (re)produção espacial é a injustiça ambiental. Sob este viés, o Estado tem papel decisivo nesse processo, na legalização das atividades, na disponibilização de infraestrutura e recursos financeiros, atraindo investimentos em setores especializados em commodities, aprofundando uma geopolítica baseada na divisão internacional da natureza que relega aos países da América Latina a condição de lugares de extração.

A lógica dessa expansão obedece a um pacto de poder antigo, reforçando a organicidade do arranjo político transatlântico fundado com o processo de colonialidade. Assim, se reproduz como um projeto de economia-mundo, sociedade-mundo, produção-mundo, circulação-mundo, mais-valia-mundo sobre a égide do capitalismo, uma produção espacial que conforma uma geopolítica articulada

em regiões do reger e em regiões do fazer, como nos alude SANTOS (1994), ou, como nos relembra ACOSTA (2016), no paradoxo da abundância ou maldição dos recursos naturais.

A despeito de órgãos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ler esse cenário de favorecimento à produção extrativa, nominando como fatalismo tropical, ACOSTA (2016) alude que precisamos empreender uma análise em longa duração. Para tanto, o referido autor sugere que levemos em consideração a dimensão ideológica da produção extrativa, o esvaziamento da memória sobre os impactos continuados da colonialidade, e as interrelações com as destruições ambientais.

Observa-se que os países periféricos que dispõem de maiores quantidades e diversidades de bens naturais são também os países onde as contradições da produção espacial mundializada-colonial do capital impõem cotidianos de extração como projetos econômicos centrais, nos sentidos mais primários da palavra extração: retirada, remoção, arrancamento. Essa lógica de desenvolvimento exige que novos lugares no mundo sejam incorporados a esses circuitos com velocidades proporcionalmente maiores aos estágios anteriormente constituídos. Logo, a cada momento em que a crise estrutural do capitalismo ganha novos/velhos contornos a lógica espacial de extração precisa ser aprofundada. O faz incorporando outros lugares a seus circuitos, obedecendo ao projeto colonial em que as benesses e os esbulhos são alocados de acordo com as cotas de poder vigentes, agravando ou amenizando os danos à saúde, aos ambientes e às pessoas; (re)produzindo, os padrões patriarcais, racistas, classistas.

É observável que a reprodução dessa economia-mundo no Brasil repercute os impactos da questão agrária, uma herança colonial que o Estado e as elites nacionais trataram não somente de manter, mas aprofundar e fazer dessa base territorial rentista seu objeto de enriquecimento e perpetuação do poder (Martins, 2015; Oliveira, 2016). A territorialização dessa economia extrativa financeirizada vai ao encontro de uma estrutura fundiária que tem na grilagem de terras um dos seus fundamentos de formação, como nos alude Prieto (2017). Nesse sentido, a violência como *modus operandi*, o confinamento da natureza e do trabalho fazem convergir um cenário econômico intrinsecamente instável, fruto de uma aliança entre o capital rentista fundiário e o capital rentista financeiro.

No contexto de expansão desses circuitos econômicos a propriedade privada da terra, que, a um só tempo, reúne a capacidade de desacelerar a expansão veloz da produção capitalista do espaço e de proteger os investimentos a partir da rigidez como se territorializa enquanto política (Harvey, 2013), ganha uma nova escala de abrangência. Do mesmo modo, a produção de commodities em larga escala demanda a reprodução da natureza em uma ordem industrial e as formas de controle

informacional e militar aplicadas fazem parecer que biomas e aquíferos se converteram em propriedade privada. Portanto, a imposição de uma ordem social extrativista faz com que a circulação atmosférica e o controle territorial sobre os biomas e águas subterrâneas sejam incorporados como ativos financeiros.

Além disso, a economia extrativa das commodities aprofunda o modelo de dependência econômica e recolocam os elementos do pacto com o atraso, na medida em que, via de regra:

- São exportadas *in natura* ou pouco processados, isto é, com pouco valor agregado no processo produtivo, o que por vezes geram maiores lucros nos processamentos ou circulação em outros países que nos locais de extração;
- Necessitam ser produzidas em largas escalas, impondo sempre ritmos de crescimento proporcionais para continuarem viáveis economicamente;
- São químico e biotecnologicamente dependentes;
- Demandam permanentemente o rompimento da fronteira de expansão do complexo integrado agro-minero-hidro-energético-extrativo-exportador;
- Produzem permanentemente a renovação de uma integrada infraestrutura apontada para o atlântico, conectada por modernos aeroportos ou portos, por rodovias estaduais ou ferrovias.

Na tabela 1, podemos perceber a centralidade das commodities na composição da pauta de exportação brasileira. Os produtos minerais obtiveram um crescimento considerável nos últimos anos, chegando a somar mais um terço das exportações realizadas pelo Brasil para o exterior, assim, só o minério de ferro correspondeu a 12% e 16% nos anos de 2020 e 2021, respectivamente. No caso dos produtos vegetais e alimentícios, esses obtiveram também crescimento nos percentuais de exportações brasileiras, a soja, por exemplo, chegou a representar 13% das exportações em 2018, quando a totalidade dos produtos vegetais correspondeu 17,73%.

**Tabela 1:** Percentual das principais *commodities* na pauta de exportação do Brasil.

	PRODUTOS MINERAIS	PRODUTOS VEGETAIS	ALIMENTOS	PRODUTOS ANIMAIS
2017	19%	16%	12%	7%
2018	23%	17%	9%	6%
2019	25%	17%	9%	7%
2020	26%	19%	11%	7%
2021	31%	18%	9%	7%

Tabela 1: Elaboração própria.

Fonte: [https://oec.world/es/visualize/tree\\_map/hs92/export/bra/all/show/2019/](https://oec.world/es/visualize/tree_map/hs92/export/bra/all/show/2019/)

Esses dados demonstram que, não só que a economia extrativa de commodities está alocada na centralidade da capacidade de gerar saldos positivos na economia brasileira, mas também o fato de que sua expansão permanente é um projeto não somente do passado, mas do futuro, uma vez que temos percebido um crescimento desse setor da economia. Assim, ao passo em que a economia política do Estado Brasileiro aprofunda a capacidade de converter o país em uma plataforma continental de valorização (PAULANI, 2008), a natureza é reproduzida como um ativo econômico.

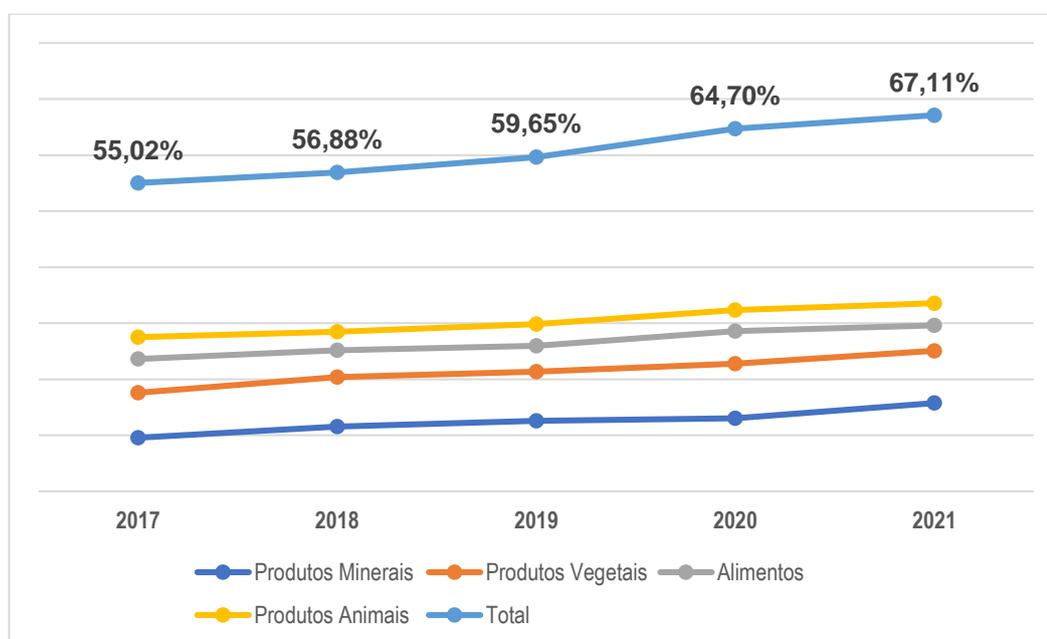
**Gráfico 1:** Percentual das principais commodities nas exportações totais brasileiras.

Gráfico 1: Elaboração própria.

Fonte: [https://oec.world/es/visualize/tree\\_map/hs92/export/bra/all/show/2019/](https://oec.world/es/visualize/tree_map/hs92/export/bra/all/show/2019/)

Ao considerar que os dados do Gráfico 1 elencam as commodities mais proeminentes, ficando de fora outros produtos de origem natural como metais preciosos, podemos verificar um sustentado aumento da importância dessas exportações na balança comercial brasileira entre os anos de 2017 e 2021. Sob esta perspectiva, considera-se também que nessa meia década retratada no gráfico, o Brasil passou por intensas crises de natureza econômica, política, sanitária e ambiental, logo, a instabilidade e o estado de emergência parecem ser a tônica do sucesso desses processos produtivos. Portanto, o fato de as exportações continuarem crescendo no contexto da crise política e da Pandemia da Covid 19, momento em que o contato interpessoal era um risco epidemiológico, demonstra que as commodities naturais são o motor central da política e da economia no Brasil e que a instabilidade, a insegurança sanitária, política e jurídica maximizam as possibilidades de desenvolvimento da lógica extrativista.

Esse conjunto da produção econômica nacional, que estamos denominando de extrativa, responde por mais da metade das exportações e exige do Estado permanentes ajustes institucionais que satisfaçam suas necessidades de expansão. Quando o Estado, em sua composição político-institucional, não responde com devida avidez a essas exigências, os empresários têm a seu dispor um poderoso capital político, alocado no Poder Legislativo pronto para usar nessas instituições em favor do aprofundamento desse modelo, nem que para isso, as frágeis amarras das institucionalidades republicanas e democráticas sejam devastadas.

É válido explicitar que os empresários das commodities compõem o fisiologismo do Estado e financiam as campanhas de representantes no parlamento e no executivo, vide a bancada ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Essa composta por 300 dos 513 Deputados Federais e 47 dos 81 Senadores da República (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2023). Outro aspecto importante, é que o arranjo político institucional das commodities é uma decisão política tomada por um punhado restrito da elite nacional que entrega à sorte do instável mercado financeiro a vida econômica de um país com uma estrutural desigualdade social. Logo, promove-se esse arranjo impondo uma leitura sobre a égide de uma economia neoclássica, que interpreta a exportação de *commodities* como salvação e a única saída para o país.

No que se refere às campanhas publicitárias, elas atualizam suas fachadas com signos contemporâneos que agregam interpretações mais arrojadas, tais como “pop” e “tec”, mas em seu *modus operandis* permanecem se realizando e destruindo a natureza, sendo pouco produtivos e utilizando trabalho precário ou escravizado (MITIDIERO JR.; GOLDFARB, 2021). Essas estratégias discursivas envolvem variados segmentos da sociedade brasileira: universidades, igrejas, movimentos sociais, grande mídia, entidades de classe, tudo isso contribuindo para impor o que Svampa (2016)

chama de imaginário extrativista. Essas estratégias são produzidas e circuladas em massa (na instantaneidade das redes sociais) e geram interpretações que reaquecem ideologias espaciais relacionadas à natureza, sistematizadas enquanto categorias científicas e políticas no Brasil, ainda no século XIX (BRITO, 2023), formuladas como projetos de futuro, tais como progresso, vocação natural, vocação agrícola, solução hidráulica.

Por outro lado, a parafernália de fixos dispostos para conferir fluidez à produção e circulação das commodities exige a retirada de comunidades para construção de estruturas que proporcionem usos, transferências ou armazenamentos de grandes quantidades de água. A territorialização desse modelo extrativista demanda grandes projetos os quais não contam com a participação das comunidades tradicionais em momentos decisivos de planejamento, execução e beneficiamento, visto que esses lhes são apresentados em estágios de licitação e indenização<sup>2</sup>. Como nos alude Leroy [ET. AL.] (2011), a ausência de transparência faz com que reste para as comunidades implicadas pelos grandes projetos o que os referidos autores denominam de alternativas infernais e na interpretação de Malheiro e Cruz (2019), essas estruturas se territorializam mediante a constituição de um Estado de exceção.

Além disso, os ecossistemas, biomas e domínios de natureza são incorporados à lógica de acumulação do capital flexível como ativos financeiros. Já as potentes reservas de energia e água são reproduzidas enquanto síntese das relações entre as sociedades e as naturezas que legaram para a humanidade uma variedade de saberes, línguas e ancestralidades. Outro fator importante é que as comunidades tradicionais com marcos distintos de uso e apropriação da natureza, e, muitas vezes, desconhecidas, organicidades de plantio, festejo e colheita; são ameaçadas por esse modelo de desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2012). Logo, seus modos de vida são desqualificados, uma vez que os usos e convivências com a natureza são tidos como atrasados e lhes é imposto o modo de produção espacial de extração como saída, salvação, evolução, progresso, melhoria e riqueza.

Ademais, as comunidades e povos tradicionais elaboram formas de resistência em rede frente à expansão do extrativismo, analisado por Pérez (2016) como resistência cotidiana, bem como estratégias de enfrentamento direto, como o levante realizado em Correntina em 2017, analisado por Porto-Gonçalves e Chagas (2021). Assim, a criação de entidades sociais como a Fórum Popular das Águas do Cariri cearense e a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais, são exemplos de articulações em nível local e nacional, respectivamente, que congregam distintas formas de resistência ao extrativismo.

---

<sup>2</sup> Um conjunto de pesquisas científicas vêm verificando a ocorrência de violências, como ameaças e expulsões de comunidades camponesas e tradicionais no contexto de expansão dos Grandes Projetos de Integração, tais como: (BRITO, 2016; NOBRE, 2021; PEREZ, 2017).

Observa-se que a realização de grandes projetos de infraestrutura envolve sujeitos e agentes em variadas escalas e a natureza, em todos seus complexos processos metabólicos, precisa ser quantificada, racionalizada e incorporada à lógica internacionalizada do valor em forma de commodities. Além disso, as complexas relações tradicionais entre as pessoas e a natureza são postas na mira do avanço do capital que se territorializa a partir da reconfiguração dos significados da natureza, sob a égide de concepções de uso e extração, isto é, as comunidades camponesas e tradicionais estão nos caminhos dos planos de expansão das economias agro-minero-hidro-energética-extrativa-exportadora, na forma de fronteiras à medida em que reproduzem suas práticas comunitárias, fazendo ecoar outras concepções de natureza.

Como territórios limites à expansão da economia extrativista, as comunidades e povos tradicionais nos apresentam possibilidades reais de coabitação com a natureza com base em outros marcos civilizatórios, entendendo a natureza, as terras e as águas como espaços sagrados e de reprodução da vida. É comum nesses ambientes a constatação de relações com os rios, mares, florestas, águas subterrâneas como pertencimento e complementaridade. Dessa maneira, a produção espacial enredada em policultivos complementares que convivem de distintas maneiras com florestas, margens de rios e mangues elaboram sínteses e entendimentos dos ciclos e metabolismos de realização da natureza que não se restringem à posição onisciente de observador. Logo, seus manejos se desenvolvem estratégias comuns, com marcas de saberes ancestrais, para lidar com o que, sob a lógica funcionalista de cognição da natureza como produto, entende-se como escassez ou excesso.

Essas comunidades realizam regimes de propriedades distintos do marco jurídico moderno. Por vezes, para consecução de seus modos de vida, por isso, as florestas precisam ser mantidas, não como um patrimônio vazio de significado de uso e pertencimento, mas como local de realização de trabalho, rituais e festividades. Elas estão enredadas por radicais conflitos cotidianos e estruturais, característicos dos locais de fronteira, contradições que não permitem que sejam tomadas teoricamente ou politicamente por pensamentos universais generalizantes. Portanto, essas comunidades estão imersas nas contradições da mundialização do capital e se realizam com tempos e regimes de propriedades distintos.

Além disso, a territorialização do capitalismo promove intensas transformações territoriais impondo a essas comunidades a condição de fronteiras. Pretende-se Entender a fronteira, nesse contexto, como o faz Martins (2021), local litigioso e sacrificial da produção do humano no seu limite histórico – onde todo estranho é inimigo – entende-se ser “(...) na fronteira que se nasce o brasileiro, mas é aí também que ele se devora nos impasses de uma história sem rumo” (p. 21).

O referido autor retoma o estudo da produção de fronteira na segunda metade de século XX no Brasil como um mescla na qual se confundem acumulação primitiva e reprodução do capital, chegando a uma elaboração teórica da fronteira em que a caracteriza como a aparência de uma situação social de fim de era, em face de um mundo que se transformava numa realidade nova, irreconhecível. A fronteira é, nesse sentido, o lugar onde os conflitos sociais saem de seus ocultamentos, onde todos os atos do cotidiano expressam uma intensa dinâmica de produção e redefinição territorial não só de formas de usos, mas também de formas de ser das pessoas nas relações produtivas e intersubjetivas com o espaço e a natureza.

Sob essa perspectiva, a estratégia discursiva do progresso e do desenvolvimento, legitimada pela ciência moderna, primeiro não reconhece a sociobiodiversidade ou etnodiversidade das florestas e dos biomas de modo geral. Com uma visão conservacionista, deslegitimam a presença de grupos tradicionais que pertencem a esses biomas, que não são apenas guardiões desses espaços, mas sim, integram e inter-agem com eles a partir de outras matrizes epistêmicas.

Negadas essas sociobiodiversidades e etnodiversidades, a natureza é apresentada para a sociedade como patrimônio, mercadoria, recurso estratégico, riqueza da nação, fonte de mantimentos para sociedade, de onde tudo vem, mas sempre apartada, outra coisa que não nós, incorporando elementos da gestão empresarial por resultados para os ciclos hidrossociais. Assim, a natureza, instrumentalizada pelo capitalismo, é apresentada nos projetos de desenvolvimento sem História e despolitizada, racionalizada, conhecida e quantificada suas extensões diversidades, relações e limites, protegida enquanto reserva, cartografada e militarizada.

Nesse cenário, as universidades, órgãos do Estado, cumprem papel decisivo, muito embora existam distintas perspectivas, por vezes divergentes, sobre as origens e disposições das formas e processos da natureza. Hegemonicamente essas instituições alimentam o paradigma da dominação da natureza, entendendo a mesma como uma força que precisa ser controlada a serviço do desenvolvimento da sociedade.

Esse discurso de proteção da natureza, de um ecologismo funcionalista, ou pragmático, como prefere chamar Acselrad (2010), é a forma primária do extrativismo propriamente dito. Tais práticas, territorializadas na forma de unidades de conservação, por vezes, legitimam o etnocídio e a negação dos usos e interações tradicionais da natureza, a partir da proibição ou restrição do acesso a esses espaços. O Estado lança mão do exército para resguardar o patrimônio intocado, ademais a militarização das reservas como prática de conservação instaura conflitos territoriais que exilam os povos tradicionais de suas territorialidades. O controle legislativo anda de mãos dadas com o controle militar, com sensoriamento remoto, sob uma racionalidade funcionalista da natureza. A natureza

sacralizada se faz, ora como reserva para o capital, que precisa acertar suas contas com o futuro, ora como reserva mercantilizada de carbono, cotada nas bolsas de valores dos mercados financeiros contemporâneos.

Ademais, as formas de usos dessas sociobiodiversidades ocorrem muitas vezes, como nos alude Porto-Gonçalves (2012), através de pilhagem etnogenética. Os saberes ancestrais no trato com a natureza são apropriados por empresas de biotecnologia enquanto mercadorias patenteadas e seus usos comuns são tidos como crimes ou ameaças à saúde humana. Nesse âmbito, o capital, encontra estratégias de lucro com a natureza conservada ou destruída. Tal como o extrativismo comunitário do pequi, da fava d'anta, da macaúba, da seringueira, do baru, entre outros, é substituído pelo extrativismo rentista das empresas que comercializam produtos verdes oriundos das florestas, ou por inovações genéticas que tomam o trabalho comunitário como parcela extrativa de um circuito que realiza uma hipervalorização a partir de pesquisas de tecnologia de ponta.

Essa ideologia, também extrativista, da conservação se materializa por vezes na compensação ambiental de grandes projetos. Desse modo, parques ecológicos, verdadeiras estruturas de exposição e produção da biodiversidade como espetáculo, são mantidos ao lado dos locais de extração. Logo, a natureza é reproduzida, nesse contexto, como reserva de produção de água, para mover os circuitos produtivos; como espaços de acumulação financeira de créditos de carbono; mas, sobretudo como produção materializada da ideologia da natureza como reserva ou patrimônio, expropriada do convívio tradicional e comunitário.

Alcançamos, pois, um estágio cuja necessidade de acumulação de capital, que leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, vem impondo a produção da natureza, nos termos que nos alude Smith (1984), a um âmbito mundializado, regido pelo capital financeiro. Portanto, é perceptível que o ritmo de realização sociobiodiverso dos biomas, suas interações com os aquíferos e com a circulação atmosférica da água, tem sido capitalizado ao ponto de figurar não somente como fator locacional, mas como ativo financeiro.

Essa expansão integrada de circuitos extrativistas tem figurado como o cerne da economia política no Brasil. A reconfiguração dos conflitos territoriais, o aprofundamento do rentismo e a redefinição da propriedade privada sob a égide do acionista-proprietário ausente, tem sido a tônica da expansão do domínio do capital financeiro sob os processos produtivos no espaço agrário. Assim, a introdução e a sobreposição de circuitos de extração têm encontrado em cada lugar uma forma de converter a reprodução da natureza em o projeto econômico de desenvolvimento.

## SISTEMA LACUSTRE ARTIFICIAL E CONTROLE TERRITORIAL DO RIO JAGUARIBE

No sertão do Nordeste, a dinâmica territorial, ecológica e política é marcada por um regime de chuva e evapotranspiração distinto de outros lugares do Brasil, por esse motivo, convencionou-se entender que existe déficit hídrico, dada a diferença, por vezes, negativa entre as precipitações e evaporações, de tal modo que essa condição natural é entendida como um problema. O paradigma da escassez, interpretação funcionalista da natureza, *modus operandi* das ações hegemônicas do conhecimento técnico científico e de órgãos do Estado, se constitui como uma ideologia espacial justificadora dos grandes projetos.

Esta ideologia da escassez reúne um conjunto de interpretações que remontam a soluções de cunho eugenistas traçadas ainda no século XIX (BRITO, 2023), constituindo a atuação do Estado em posição de confronto com as formas de vida ancestrais que existem há milhares de anos na região. O legado dessa genealogia da escassez é a produção interminável de soluções técnicas hidráulicas à questão, assim chamada, regional. Sucederam, sobretudo após o início do século XX, políticas e grandes projetos para vencer às secas sem questionar a organicidade e a arquitetura do poder reproduzido em uma estrutura fundiária desigual e em uma urbanização veloz, concentrada e transformadora.

Esses projetos carregam consigo a égide colonialista porque oferecem ou impõem soluções fabricadas com variáveis elaboradas por e a partir de outros biomas<sup>3</sup>. As populações que existem nos sertões há milhares de anos, todas as vezes que tentaram questionar o padrão de poder assentado na tríade terra-Estado-poder, foram tratadas pelo Estado com violência exemplar e destrutiva<sup>4</sup>.

Além disso, a imposição de um projeto de desenvolvimento pelo Estado em sintonia com as grandes empresas, nações centrais do capitalismo e agentes financeiros, conforma a construção de uma hegemonia que repercute na inserção dessa região nos circuitos da produção mundializada de capital. Por consequência, as transformações territoriais, os fixos alocados e a violência no trato com a

---

<sup>3</sup>Bartra (2010) e Porto-Gonçalves (2012) entendem que a revolução verde, por exemplo, promove a incorporação de um regime agrícola apropriado para zonas temperadas para a região tropical do planeta. Assim, as alterações promovidas no ambiente e os usos abusivos de insumo químicos e veneno são paliativos que amenizam essas disparidades ecológicas.

<sup>4</sup>Um exemplo emblemático de uma organização social produtiva comunitária enfrentada pelo Estado brasileiro foi a comunidade Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, localizada em Crato foi destruída pelo Governo de Getúlio Vargas em 1937. Articulada pelo Beato José Lourenço, líder religioso negro, a comunidade reuniu milhares de pessoas em um sistema produtivo comunitário que colocou em ameaça a lógica territorial latifundiária que subjugava moradores de condição a um regime de trabalho de parceria que entrava em colapso com as secas que se tornaram mais intensas após a territorialização dos cultivos de algodão para exportação.

resistência demonstram a negação dos modos de vida tradicionais, que são silenciados e violentados nesse projeto colonial de enfrentar às secas.

O atual contexto de integração produtiva de commodities nos sertões tem promovido um reposicionamento discursivo da ideologia da escassez pelo Estado e por empresas do agronegócio, da mineração, da produção energética e da pesca extrativa. Dessa maneira, as imagens da seca, da miséria e do “êxodo”, exploradas como recurso persuasivo para atração de investimentos para o barramento de rios e para a construção de açudes, reforçando o poder das oligarquias locais como donas das terras e das águas; estão sendo requalificadas como o espaço de ampla produtividade onde a linguagem manejada para impor essa opção como a única saída é o apelo para o desenvolvimento e a geração de empregos.

A ampla insolação (devida proximidade a linha do Equador) e a concentração das chuvas no tempo e no espaço (características do clima semiárido), que o Estado utilizou como argumento para as políticas de enfrentamento às secas, agora são tomadas como reservas financeiras para empresas de frutas tropicais que almejam mais de duas safras por ano. Essa nova/velha lógica que se impõe para região está legando transformações e sobreposições de conflitos territoriais.

Nos caminhos das águas superficiais e subterrâneas se impõem circuitos produtivos extrativistas. Lógica de produção espacial esta, que altera radicalmente as dinâmicas locais, expropriam comunidades que coabitam com os biomas há gerações, impondo-lhes a financeirização do território, a territorialização do capital, a exploração do trabalho, a produção de uma lógica capitalista de propriedade e destruição dos bens naturais.

Este processo de inserção subordinada da economia cearense no mercado globalizado, de que fala Elias (2010), consolida uma desintegração competitiva dos setores produtivos do agronegócio. A territorialização desses circuitos extrativos é a face da mundialização da agricultura brasileira nos sertões e, como tal, mantêm e aprofundam o latifúndio como o substrato territorial do acúmulo de riqueza e poder, como nos alude Oliveira (2010).

É válido ressaltar, que o desenvolvimento expresso através dos índices de produtividade, os pacotes tecnológicos e a financeirização da economia, afiança pelas próximas décadas uma realidade social marcada pela dependência química e tecnológica e pela instabilidade econômica, dado ao fato de a fluidez de preço e o baixo valor agregado serem características do mercado internacional de commodities.

O consenso das commodities, expressão cunhada por Gudynas (2010) tem se constituído como a opção política do Estado brasileiro, seguida com entusiasmo pelos governos “progressistas” do início do século XXI e aprofundada no contexto político pós-golpe de 2016. A referida política

econômica é caracterizada por ser um projeto de poder que perpetua os elementos centrais de uma economia política neoliberal, marcada pela: 1) valorização cambial (para que seja vantajosa a exploração de produtos de baixo valor agregado), 2) elevação taxas de juros (que conforma o país em uma plataforma de investimentos financeiros), e 3) desmonte das empresas estatais e sucateamento dos serviços públicos (FILGUEIRAS, 2010; GONÇALVES, 2003; PAULANI, 2008). Assim, os fundamentos postos em prática pelos governos dos anos 1990, que puseram em segundo plano todos os setores produtivos estratégicos, deixando a economia brasileira entregue a um setor produtivo que necessita de extensas áreas para se tornar rentável, enormes quantidades de água, gerando pouco emprego<sup>5</sup> e repercutindo sem peso estratégico na balança comercial, necessitando de generosos subsídios, perdões de dívidas e legalização de terras griladas para continuar se expandindo.

Quanto ao Ceará, ele se apresenta como lócus privilegiado para implementação dessa política econômica de gestão empresarial do trabalho, da natureza e do Estado. A partir de ações cooperadas em diversas escalas, o estado foi pioneiro no processo de privatizações de estatais e flexibilização dos marcos jurídicos ambientais, a exemplo da Lei Estadual de Recursos Hídricos, instituída em 1993, que serviu de parâmetro para a construção da Lei Nacional dos Recursos Hídricos (1997). Nos anos 2000, de posse desse cúmulo normativo e técnico, o Estado passou a investir em estruturas de integração e gestão de bacias hidrográficas, de modo a oferecer um sistema eficiente de outorga e perímetros irrigados como atrativos para instalação da fruticultura irrigada. Os grupos políticos que se revezaram na gestão do Governo do Estado estavam alinhados com os governos nacionais, tanto com a direita quanto com a esquerda, fato que facilitou a produção do Ceará como pioneiro para implementação de políticas hídricas e da territorialização da fruticultura irrigada.

Além disso, competiu ao Estado elaborar e coordenar um complexo arcabouço hídrico-técnico e normativo que suportasse a execução de projetos de desenvolvimento extrativo. A imposição de um novo regime de uso das águas aconteceu concomitante a investimentos para a cognição do potencial hídrico dos aquíferos subterrâneos, suas propriedades e capacidades, com vistas a planejar projetos de usos e integração hídrica. O controle dos corpos hídricos foi possível a partir da produção de uma geografia lacustre artificial das águas que conforma um completo controle territorial do Rio Jaguaribe em reservatórios pequenos à montante, médios e grandes à jusante, tendo o Castanhão como local de principal de acúmulo de água (BRITO, 2016).

---

<sup>5</sup>Mitidiero Jr. & Goldfarb, (2021), realizaram um apanhado da empregabilidade gerada pelo agronegócio, confrontaram com os dados de renúncias fiscais e subsídios oferecidos pelo Estado e concluíram que esse setor da economia não teria viabilidade sem a robusta participação do Estado.

A condução dessas águas, acumuladas no Castanhão<sup>6</sup>, aos locais de extração é realizada a partir de projetos de integração de bacias hidrográficas que dispõem água para o agronegócio na Chapada do Apodi e para expansão do setor minero-energético, no Complexo Industrial Portuário do Pecém. Em suma, como nos alude Sampaio (2007), temos a consecução de um novo arranjo territorial, produtivo e cultural no Ceará com a integração competitiva do espaço agrário cearense com o capital financeiro.

A esse respeito, observa-se que duas importantes integrações de bacias hidrográficas foram construídas nas últimas décadas, o Canal do Trabalhador (1993) e Eixão das Águas (2014), possibilitando que as águas do Jaguaribe cumpram uma função econômica central nas transformações econômicas em voga no Estado. Desse modo, o perímetro irrigado, padrão territorial de extração do agronegócio da fruticultura irrigada no sertão, pode ser considerado um protótipo do paradigma da escassez, seu funcionamento reúne, na forma do confinamento, o produto mais elaborado dessas décadas de combate às secas.

O Perímetro é uma natureza de exceção, regido por regras rígidas de circulação, limitado por cercas de contenção, vigiado e monitorado por câmeras e segurança privada, se realiza como um confinamento do trabalho e uma hiper-realização da natureza como reprodutora de mercadoria. Logo, a integração dos perímetros com aeroportos e portos por rodovias estaduais e federais, confere rapidez ao circuito de extração que exporta a produção, hoje, prioritariamente, para Europa e Estados Unidos.

No que se refere ao funcionamento do perímetro, no planalto ou no Vale da Chapada do Apodi (Mapa 1, porção leste, fronteira com o Rio Grande do Norte), acontece com a transmissão constante de água advinda do sistema lacustre artificial que controla a circulação do Rio Jaguaribe e dispõe para irrigação permanente dos cultivos que chegam às unidades produtivas em canais. Desse modo, o tempo seco, característico de regiões semiáridas<sup>7</sup>, a longa estiagem e a possibilidade recorrente da ausência de uma quadra chuvosa no ano, conformam condições favoráveis para contenção de pragas e aceleração da realização da fotossíntese, dada constância da água e da luz solar.

Esse conjunto de transformações é fruto de um projeto de desenvolvimento planejado pelo Estado do Ceará, que não sofreu rupturas nos últimos 30 anos e que se utilizou das estruturas legadas

---

<sup>6</sup> Ver Mapa 01.

<sup>7</sup> "O Semi-Árido apresenta como características um clima com temperaturas médias anuais entre 26 e 28°C, insolação superior a 3.000 horas/ano, umidade relativa em torno de 65%, precipitação pluviométrica anual abaixo de 800 mm. (...) A partir da nova delimitação do semi-árido brasileiro, tomaram-se por base três critérios técnicos: a. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; b. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e c. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990." (CEARÁ, 2010).

de décadas de atuação de instituições como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e que tem sua centralidade no controle da água (BRITO, 2016; NOBRE, 2015). Assim, compreende-se que a plasticidade da economia política extrativa permite que novas atividades sejam instaladas, se aproveitando da robusta engenharia política de controle das águas montada pelo Estado. Conformando, porém, o padrão da extração de produtos primários e a exportação de mercadoria rudimentarmente processada que agregam valores maiores em processos produtivos alhures<sup>8</sup>.

Nesse contexto, a produção de um complexo sistema de monitoramento hidrológico demonstra a centralidade do conhecimento científico na montagem de uma economia extrativa. Informações em tempo real sobre as precipitações e previsões climáticas são fornecidas pela FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos), que oferece dados precisos sobre a ocorrência de chuvas, volumes e períodos. Outro aspecto importante é que os boletins da Superintendência de Obras Hídricas (SOHIDRA) oferecem, em um painel eletrônico atualizado diariamente, dados de aportes hídricos dos principais açudes, podendo mensurar capacidade de transferência de água por adutoras ou canais. Os planos territoriais de integração de bacias elaborados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) oferecem a capacidade de pensar locais de reserva para uma constante extensão de setores produtivos de baixo valor agregado. Esses se tornam viáveis, na medida em que conseguem expandir sua produção, dado o desgaste dos solos e a instabilidade do mercado de commodities.

O controle territorial do Rio Jaguaribe e a produção do sistema lacustre artificial, que disponibiliza suas águas para circuitos extrativos de produção, são formados por mais de 80 reservatórios e três grandes obras de integração de bacias hidrográficas<sup>9</sup>. O médio curso do referido rio é reproduzido como um local por excelência de acúmulo de água, onde se concentram os maiores açudes. O alto curso tem sido apropriado como local de aportes superficiais maiores e acúmulos intermediários, caracterizado pela distribuição de pequenos açudes que asseguram a perenidade do rio e o abastecimento dos reservatórios maiores em períodos de estiagens mais longas. O baixo curso do Jaguaribe é reproduzido como local de extração por excelência, em duas vertentes principais.

---

<sup>8</sup>A instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), em São Gonçalo do Amarante/CE, modificou intensamente o perfil da pauta de exportação cearense nos últimos anos. A fruticultura irrigada, que chegou a responder por uma participação mais elevada nas exportações na década passada, hoje está superada pela indústria de transformação que obteve um crescimento de 55% nas exportações entre os anos de 2020 e 2021 e exporta, principalmente produtos semiprocessados de ferro ou aço não ligado. (Governo do Estado do Ceará, 2022). O funcionamento do CIPP se tornou possível com a conclusão das obras do Eixão das Águas que levou água do Castanhão até o referido Complexo.

<sup>9</sup>Canal do Trabalhador, Eixão das Águas e, mais recentemente, PISF (Transposição do Rio São Francisco para Bacias do Nordeste Setentrional).

Na primeira, na forma de desgaste das áreas de mangue, dada a redução da vazão de água do rio nas áreas costeiras, onde estão instaladas estruturas de criação de camarão e parques eólicos, bem como na territorialização da fruticultura irrigada em perímetros abastecidos por canais. A segunda maneira de uso extrativo se tornou possível através da produção de uma extensão do rio, fazendo com que seu curso passasse a abastecer a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e possibilitando expansão minero-energética recente com a instalação do Complexo Industrial Portuário do Pecém (CIPP).

Muito embora todo o Ceará esteja envolvido nesse arranjo hidrocêntrico de desenvolvimento, uma região específica que envolve o médio e baixo Jaguaribe, parte da sub-bacias do Banabuiú, Bacias Metropolitanas e da Bacia do Rio Curu (Mapa 01); eles são os espaços, por excelência, de armazenamento, de transposição e de usos extrativos de recursos hídricos captados em outras regiões do Estado.

Esse sistema lacustre artificial, que conforma um controle territorial do Rio Jaguaribe, é o produto mais elaborado das quatro décadas de neoliberalismo no Ceará. Muito embora tenha legado um conjunto disperso de equipamentos construídos no âmbito do desenvolvimentismo autoritário, a conexão entre os reservatórios, a produção de uma barragem- maior de todas o, Castanhão<sup>10</sup>, e a irrigação permanente dos novos/velhos circuitos e extrativos de produção são um legado das políticas de Estado após 1986.

## **CUMBE E APODI – TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO**

A comunidade do Cumbe, localizada no município de Aracati, na porção leste do litoral cearense, pode ser considerada um entroncamento desses projetos de desenvolvimento que alocam a água como principal veículo de extração. O fato de a referida comunidade estar localizada nas proximidades onde o rio deságua no oceano Atlântico faz com que os danos ambientais oriundos de empreendimentos extrativos instalados nas proximidades da região estuarina sejam amplificados pelos impactos acumulados ao longo da bacia, sobretudo ocasionados pelos barramentos. À beira do Rio Jaguaribe, o Cumbe é um dos locais no Ceará onde as contradições entre a extração, os limites da

---

<sup>10</sup> A construção do açude Castanhão, concluída em 2001, envolveu o deslocamento da sede de um município cearense, Jaguaribara, que, em novo local, passou a ser nominado de Nova Jaguaribara. O conjunto de impactos na vida das pessoas que residem contrasta com as dificuldades de acesso à água encanada e a vigilância dos canais de irrigação por empresas privadas que usam câmeras de monitoramento para proibir qualquer uso dessas águas pelas populações impactadas com a construção dos canais.

natureza e os processos de espoliação, conformam tensões territoriais que envolvem direta ou indiretamente todos/todas os/as sujeitos da comunidade.

Desde 2000 o território do Cumbe vem sendo alvo da expansão da produção comercial de camarão, sendo hoje um dos locais com maior produção no Brasil. A instalação de tanques criatórios e a redução da vazão da água do Rio Jaguaribe, contido à jusante em barramentos, provocaram a perda de mais de 10 Km<sup>2</sup> de mangue (TEIXEIRA, 2008), abrindo espaço para expansão de criatórios dessa atividade que teve início por meio do agenciamento de políticos locais. A atividade extrativa apresenta um sistema de gestão empresarial integrado às produções instaladas no interior do estado, favorecidas pelas águas represadas em barragens e açudes.

As águas que seguem aos destinos traçados pelas integrações de bacias hidrográficas, vigiadas e cercadas, fazem falta ao ecossistema costeiro. É importante destacar que a atividade da pesca está sendo redefinida, tanto pelas perdas de áreas de mangue como pela invasão da água do mar que tem alterado os peixes que circulam no estuário do Jaguaribe. Desse modo, as disputas empresariais por água à jusante redefiniram a dinâmica territorial do rio, além disso, percebe-se que os cursos artificiais traçados para suas águas são expressões da territorialização do capital financeiro, na medida em que repercutem em investimentos públicos executados por empresas privadas, bem como traçam um destino controlado às águas superficiais.

**Figura 1:** Degradação em Mangues no Quilombo do Cumbe, Acarati/CE.



Figura 1: Degradação em Mangues no Quilombo do Cumbe, Aracati/CE, acervo do Instituto Terra Mar, setembro de 2018.

Na figura 1 podemos constatar o contraste entre duas áreas de mangue em distintos estágios de conservação da sua vegetação. À esquerda da imagem percebemos uma área de mangue degradada, efeito cumulativo das atividades econômicas extrativistas ao longo do Rio Jaguaribe.

Além do estabelecimento do circuito extrativo de produção de camarão, empresas do setor energético estão instalando torres eólicas nas dunas dessa comunidade desde 2008. Um considerável parque eólico que em 2012 já contava com mais de 50 torres instaladas (RIBEIRO, 2013) alterou de maneira significativa as formas de usos das dunas e do mar, através da instalação de um empreendimento no qual a comunidade não faz parte da gestão, tampouco obtém benesses energéticas ou financeiras. Logo, as terras onde foram instaladas as torres, em sua maioria, foram adquiridas ou griladas anteriormente por grandes proprietários, de modo que as indenizações, ressarcimento financeiro por danos causados, não beneficiam as pessoas das comunidades que tiveram seus ambientes de pesca e plantio alterados.

Como pudemos verificar em atividade de campo, muitas áreas onde foram instaladas as torres eólicas eram de uso comum, contudo, tais áreas foram reivindicadas por proprietários interessados nas indenizações pagas pelo uso da terra. Verificamos também a ocorrência de torres instaladas em áreas protegidas pela legislação ambiental, nas quais a instalação contou com autorização de órgãos ambientais federais e estaduais.

Uma das principais estratégias das empresas de ambos os setores supracitados foi a incorporação de pessoas das comunidades nos setores produtivos, conferindo emprego para parte da comunidade. Desse modo, pessoas empregadas em projetos de compensação ambiental, gerindo cursos nas escolas, ou atuando como funcionários de segurança privada passaram a cumprir um papel de mediadores representando os interesses das empresas nas atividades políticas do Cumbe.

A empregabilidade e as ações educativas, partindo de um viés ideológico no campo do ecologismo pragmático são identificados por pesquisadores como estratégias eficientes e de baixo custo empreendidas pelas empresas com vistas a esvaziar o significado político das instituições locais que visam o conhecimento e fortalecimento territorial (Acselrad, 2010; Melo, 2015; Lopes, 2019). Essas ações são corriqueiras nas estratégias de expropriação adotadas por empresas, complexificam as relações conflituosas de poder estabelecidas pelas relações de propriedade e se beneficiam com o enfraquecimento político das instâncias de representação.

Essa dinâmica territorial das comunidades tradicionais é, comumente, marcada por distintos conflitos envolvendo a delimitação de áreas de usos comuns, um dos fundamentos da questão agrária no Brasil. Nesse sentido, percebe-se na comunidade do Cumbe, um processo de sobreposição

de conflitos territoriais, a partir da incorporação de agentes financeiros internacionais na extração de renda, mediante o controle territorial da natureza.

Uma das estratégias de defesa da comunidade frente ao processo de espoliação foi a realização de um amplo estudo de caráter antropológico, histórico e geográfico em parceria com centros de pesquisas de universidades públicas, com vistas a analisar as origens sociais dos costumes cotidianos. Essa ação constatou, a partir do exercício de memória compartilhada entre moradores da comunidade, que o Cumbe é, majoritariamente, habitado por remanescentes de pessoas escravizadas durante o período colonial. O próprio nome da comunidade advoga nesse entendimento, a sonoridade da palavra que nomina o território nos remete ao léxico africano, soa como expressão próxima ao termo Cumbia que vem de Cumbé, palavra do vocabulário buntu, que significa festa de negros.

A este respeito, a estratégia de reconhecimento da origem racial como instrumento de defesa do território passou a integrar lideranças locais às redes de militância nacionais das comunidades quilombolas, inserindo uma gramática política afrocentrada nos processos educativos populares, redefinindo o reconhecimento, a luta territorial e a leitura social de mundo.

Tal reconhecimento racial tem sido também motivo de divergência entre os habitantes do Cumbe. No momento em que visitamos a comunidade em outubro de 2018, 99 famílias que integram a associação corroboravam com interpretação das pesquisas, outro conjunto de famílias passou a desertar a associação por discordarem das interpretações das origens raciais e políticas da comunidade, atuando no sentido de deslegitimar o viés territorial racializado. O contexto de discussão racial deixou evidente outra dimensão ao conflito territorial, o racismo ambiental.

Em pesquisas realizadas em documentos históricos sobre o Ceará, encontramos no Diário de Bordo de Freire Alemão, escrito em 1859, algumas menções à comunidade do Cumbe. Tal local, foi referido pelo autor do documento como um lugar de passeio e onde havia uma festa intitulada pelo relato como samba. Moravam no Cumbe, descrito pelo botânico que integrou a Comissão Científica do Império<sup>11</sup>, pessoas que se dedicavam à pecuária e agricultura comercial. Ao analisar os dados do Ensaio Estatístico escrito por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, publicado em 1864, constatamos que viviam na Comarca de Aracati, onde está localizada o Cumbe, 38.840 habitantes, dos quais 4.951 eram pessoas escravizadas. Além de ser a comarca onde viviam mais pessoas escravizadas no Ceará, a análise dos referidos documentos nos fez constatar que a aquisição de pessoas escravizadas no período colonial era uma das principais estratégias para fazer render as riquezas logradas nas guerras

---

<sup>11</sup>Uma Comissão Científica designada pelo Imperador D. Pedro II para estudar aspectos etnográficos, biológicos, historiográficos e geográficos, formada com vistas a contribuir com a produção de uma identidade nacional realizou estudos sobre o Rio Jaguaribe. O Ceará foi escolhido como primeiro destino da referida Comissão pelas notícias que circulavam desde o período colonial que havia amplas e viáveis jazidas de ouro.

coloniais, argumento que pode fortalecer a origem racial do Cumbe como um local remanescente de pessoas escravizadas, dada exploração econômica que deu origem à comunidade.

João do Cumbe, um morador da comunidade e importante liderança, realizou um estudo de dissertação de mestrado em que constatou em documentos oficiais a existência de 09 títulos de propriedades concedidas a famílias donatárias que exploravam comercialmente a região. Isso se deu principalmente, a partir da instalação de engenhos de produção de derivado da cana-de-açúcar no Cumbe, no início do século XVIII (NASCIMENTO, 2014). O referido autor identifica o silenciamento da questão racial nos documentos oficiais, visto que eles não trazem detalhes sobre as famílias nem sobre as formas de trabalho das pessoas escravizadas, configurando um elo que justifica a negação da racialidade na luta territorial da comunidade atualmente.

Além disso, no interior dessa tensão territorial, famílias encontram-se cindidas em posições opostas agravando a situação de conflitualidade na comunidade. Segundo relatos de lideranças da Associação Quilombola do Cumbe, a escola está sendo utilizada como instituição fortalecedora do discurso das transformações territoriais impostas pelas atividades extrativas como progresso. Articulando, assim, conteúdos pedagógicos contrários ao reconhecimento identitário da comunidade como tradicional, a instituição se tornou beneficiária de projetos de compensação ambiental. Portanto, a própria instituição foi afetada em sua estrutura pela intensa circulação de veículos pesados, que transportavam estruturas das torres eólicas, pelas ruas da comunidade, visto que é perceptível as rachaduras nas paredes da escola, que também são comuns nas casas dos moradores localizadas à beira da estrada.

Por outro lado, a comunidade do Cumbe está imersa em uma tensão territorial das mais graves verificadas no Ceará. Percebemos a centralidade do conflito no antagonismo entre a posse coletiva das margens de rios, áreas agricultáveis e mangues, mediada por direitos costumeiros confrontada com uma disseminação de cercamentos para a construção de tanques criatórios de camarão e para a proteção das torres eólicas. A questão agrária é latente no conflito, uma vez que conceitos como latifúndio, renda da terra, expropriação, territorialização do capital, território e territorialidade, conflito e conflitualidade soam úteis para entender essa realidade, mas precisam ser apurados e utilizados como ferramentas analíticas por e a partir daquela realidade.

Pensemos, por exemplo, o conceito de renda da terra, muito bem delineado e problematizado por investigadores como Martins (1985, 1988); Oliveira (1996, 2010); Paulino (2012). Segundo esse entendimento, a propriedade privada e concentrada da terra no Brasil confere aos latifundiários o privilégio de extrair valor de troca sem manejar as suas propriedades, mediante diversas estratégias, seja na consecução de crédito pelo Estado, na especulação, seja também, no que Paulino

(2012) chama de pilhagem da renda da terra, quando o latifúndio é habitado e manejado por famílias camponesas que pagam com seu trabalho ou em dinheiro (fruto do seu trabalho) para utilizar a terra.

Pois bem, o latifúndio não é o substrato territorial por excelência que confere a reprodução do capital no Cumbe, diferente do que ocorre no Cerrado, ou mesmo na Chapada do Apodi, locais onde a terra cumpre essa centralidade do processo de extração. É notório que a água está posicionada nesse contexto de tensão territorial como renda diferencial ou como capital constante, pelo fato de ter sido conduzida através de intervenções que provocaram cercamentos e transferências dos corpos hídricos. Não estamos dizendo que a terra não é importante na carcinicultura no Cumbe e na produção energética, pelo contrário, o contexto de conflitos nessa comunidade nos convida a pensar a dinâmica de circulação das águas como elemento central de valorização, extração e reprodução de um conflito territorial.

Estamos então, diante de uma extração da renda da água, uma vez que unidades de medidas muito comuns na análise da questão agrária teriam pouca funcionalidade nesse contexto, como por exemplo, o módulo fiscal. É irrefutável que os cercamentos e a valorização provocada pelas atividades extrativas da produção de camarão fazem com que um corredor estreito cercado por barreiras que impedem a circulação das águas funcione como um hidrofúndio com intensa capacidade de modificar radicalmente o conteúdo das relações de trabalho, uso e apropriação da natureza (Figura 2). Sob a lógica da extração de renda se conforma um cativeiro das águas, mediante um sistema produtivo que converte os espaços tradicionais e as águas de trabalho em águas de negócios, uma vez que o ciclo hidrossocial<sup>12</sup> integra e passa a reproduzir o processo de acumulação de maneira central. Isso ocorre tanto na forma de capital constante, como na forma de valorização propriamente dita, isto é, o ciclo hidrossocial se transforma em um processo de extração.

---

<sup>12</sup>Ciclo hidrossocial é um conceito desenvolvido por Swyngedouw, Kaika, e Castro (2016) nos estudos sobre privatização dos sistemas de abastecimento de água no espaço urbano. Para os referidos autores a convergência da atividade especulativa com as obras hídricas de saneamento, conduzidas por uma lógica de apropriação do capitalismo financeiro, conformam uma completa privatização das águas em todos os âmbitos das sua circulação, fazendo com que a realização dos mananciais se reproduzam como valor.

**Figura 2:** Hidrofúndio – piscinões de criação de camarão.



Figura 2: Foto do autor, setembro de 2018.

Ademais, a produção dessa renda da água é favorecida por ações em distintas escalas, à medida em que a redução das áreas de mangue possibilitou a instalação de tanques em locais mais próximos às moradias, impondo uma lógica de circulação vigiada e observada por um “proprietário”. Lógica, por sua vez, integrada aos barramentos à jusante do rio que conformaram um desvio do curso principal do Rio Jaguaribe e um controle de seu fluxo, estando nesse momento conectado a uma transposição de bacias que traz as águas de uma bacia hidrográfica distante, o São Francisco, para assegurar perenidade às possibilidades de investimentos extrativos<sup>13</sup>.

Pensando a dinâmica dos mananciais hídricos em uma dimensão territorial, podemos entender que o cercamento das águas se configura, pois, como uma ação territorial de confinamento das pessoas e do trabalho, promovendo uma zona de exceção caracterizada pela escassez e o monopólio da circulação das águas superficiais. Sob este viés, a justificativa lançada para traçar tais empreendimentos é de tal modo apelativa, que faz parecer incoerente reivindicar o trânsito livre dos rios. À medida que o rio se torna um corpo controlado de curso vigiado, a gestão dos conflitos vai se caracterizando pela intensificação das diferenças e contradições<sup>14</sup> e a lógica do confinamento vai

<sup>13</sup>A categoria analítica Bacias Hidrográficas tomada, corriqueiramente, como técnica definidora da extensão de domínios dos fluxos de água, passa a ser incorporada na gestão corporativa do espaço como uma unidade de gestão política da força de trabalho e da natureza.

<sup>14</sup>Vide o conflito de afirmação e negação do racismo ambiental.

fazendo da luta de classes uma experiência generalizada de violência e exceção como forma de reprodução do capital financeiro.

Ressalta-se, que a água, objeto do cercamento, não é adquirida como um meio de produção, tampouco é fabricada em processos produtivos, é, senão um momento de realização da natureza. É, nesse contexto que a territorialização de um circuito de extração significa a montagem de uma geografia da espoliação, nos termos das reflexões realizadas por Harvey (2013).

Além disso, a questão agrária tem faces distintas nas comunidades como a do Cumbe e muitas outras comunidades tradicionais que vivem situações de cercamentos das águas, elas são pontos estratégicos de observação do Brasil contemporâneo, sobretudo com o recrudescimento da violência pós-golpe de 2016. Como nos disse Cleomar, liderança entrevistada por ocasião da visita que realizamos, “tudo vem de cima”, referindo à elevação dos índices de violência no campo. A interpretação da referida liderança política corrobora a análise de Mitidiero Jr. (2017) que, analisando os números de conflitos e violência no campo da CPT, nos alude que após o golpe de 2016 o “agroanditismo” ganhou o direito de matar no campo brasileiro. Assim, o recrudescimento da violência no campo no Brasil agudiza as tensões existentes, gerando um contexto de assassinatos, chacinas e violações de direitos.

Duas semanas antes de nossa visita, a comunidade do Cumbe teve a sede de sua associação invadida por policiais militares que levaram consigo dois cadernos de atas da entidade sem apresentar mandato de busca e apreensão, segundo informações prestadas por lideranças da comunidade. As radicais transformações territoriais impetradas com os cercamentos das águas criam um contexto de suspensão das normativas legais e além de criar a instituição de um estado de exceção baseado em uma vigilância miliciana patrocinada pelo capital financeiro internacional. Ainda segundo membros da comunidade, um grupo de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), que daria oficina sobre agroecologia e gênero, foi impedido de acessar o território. Segundo integrantes do Projeto de Extensão da UFC, o grupo que se opõe à associação quilombola, acompanhado de seguranças das empresas impôs seu retorno.

A questão agrária é parte constitutiva central da tensão territorial instaurada na comunidade. É a partir dos cercamentos e da violência que a propalada transição de matriz energética, vendida como uma solução ambiental íntegra e aprofunda a centralidade da renda da terra como instrumento de subjugação do trabalho e controle da natureza. À exemplo da utilização da terra para produção de energia eólica, as torres são instaladas em porções privatizadas do espaço e os proprietários da terra recebem indenizações mensais.

Essas ações resultam no fato de que os espaços apropriados pelas empresas restringem o acesso e circulação dos moradores da comunidade. Tal como registramos relatos de moradores que dão conta que, pelo fato de o cemitério estar localizado após as torres de geração de energia eólica, a comunidade precisa solicitar autorização da empresa para sepultar seus mortos. Assim, até o ritual de sepultamento está implicado pelas tensões e conflitos territoriais, nesse ínterim, dentro do direito de existir tradicionalmente, que é a luta da comunidade, luta-se para viver e luta-se para morrer.

Outro fato importante é que acesso ao mar para a pesca também se encontra dificultado pelos cercamentos. Essa ocorrência foi comprovada por meio de pesquisas realizadas no Cumbe em que se verificou que os pescadores tradicionais ora são proibidos de construir ranchos à beira do mar como suporte para atividade pesqueira, ora são impedidos de acessar o mar por vigias das torres (Ribeiro, 2013; Nascimento, 2014).

Mais adentro do continente, a 153 km da Comunidade do Cumbe, em Aracati, e 323 KM de Natal/RN, Apodi, um município assentado sobre o aquífero Jandaíra, verificamos situações de conflitos territoriais de algum modo conectados com essas práticas de resistências e violências referidas anteriormente. Contextos que também envolvem usos e apropriações distintas das águas, lógicas e racionalidades espaciais que se antagonizam e possuem conteúdos e processos que funcionam como chaves para entender o Brasil.

Às margens de rios formadores do Apodi, estão expostos os esqueletos de concreto do boom das commodities arranjado em uma grande obra abandonada, projeto da entusiasmada esquerda que ascendeu ao Estado no Brasil nesse início de século. Justificado pelo descaso, a construção do perímetro irrigado Santa Inês, no município de Apodi, ruiu com os efeitos generalizados da crise financeira de 2007/2008 que provocaram desvalorização das commodities nos anos subsequentes. Depois de décadas de flexibilização da economia, privatização de setores estratégicos, desindustrialização e crescimento do setor primário, essa conjuntura de crise estrutural e reposicionamento do capital era mais que prevista, era temida.

Ademais, a derrocada institucional no Brasil, nos anos subsequentes à crise do capital financeiro em 2008, está relacionada à instabilidade da produção e circulação de commodities como responsável por gerar saldos positivos na balança comercial, bem como com o aumento da violência em comunidades camponesas e tradicionais. Fatores políticos esses, que se retroalimentam e produziram a base social que legitima a violência institucional e a generalização da violência política como forma de desmonte do Estado. Desse modo, reiteramos que essas comunidades tradicionais são pontos estratégicos para pensar o Brasil, à medida em que o contexto político caracterizado pela ascensão de uma forma miliciana de gestão política dos conflitos, pela disseminação de

contrainformação e pela polarização das diferenças e contradições, que passou a caracterizar o Brasil sob o Bolsonarismo, teve um processo de intensificação nessas comunidades nos governos progressistas.

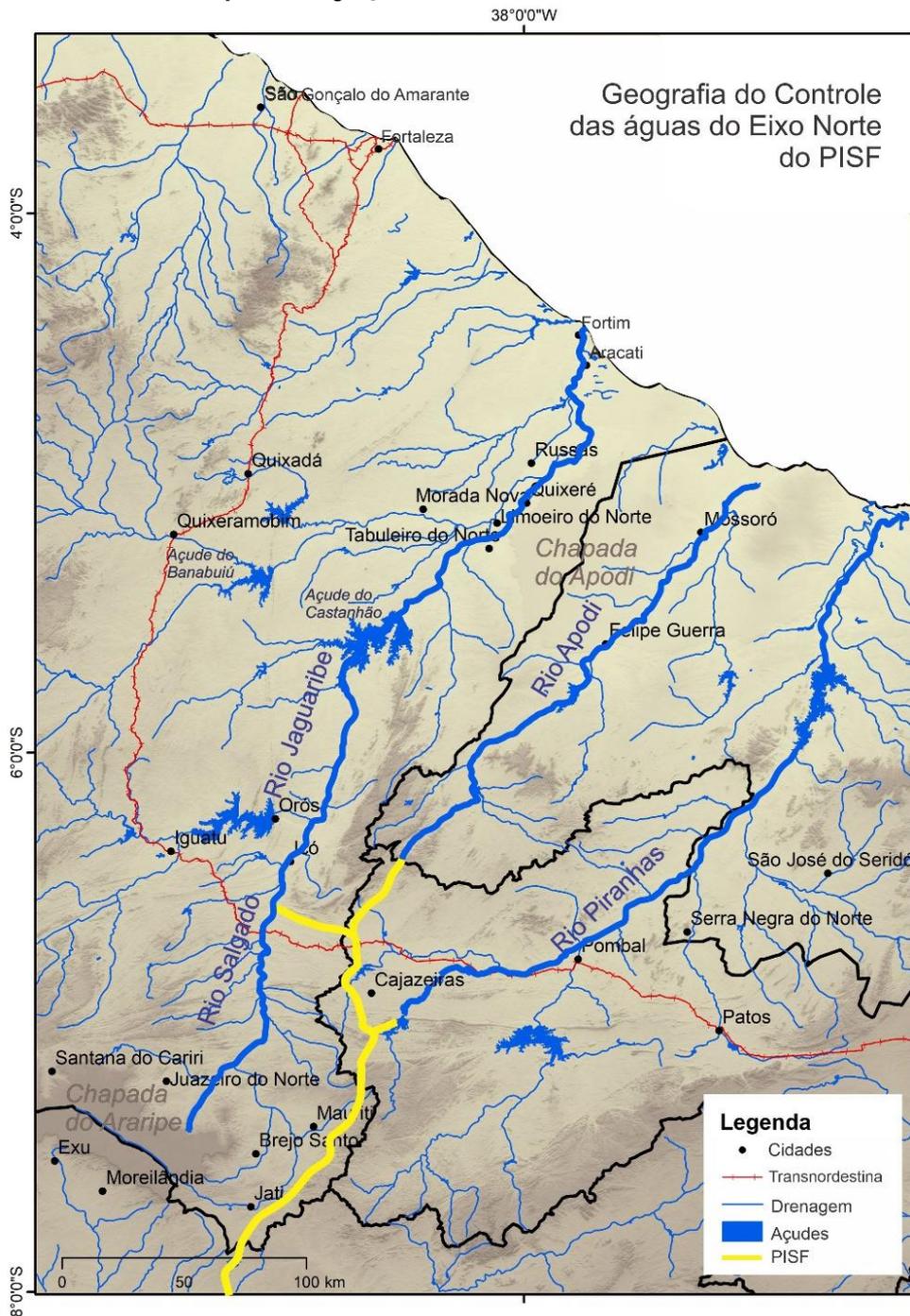
Ademais, o cotidiano e as formas de resistências dessas comunidades nos fazem perceber espaços de esperanças articulados por entidades como o Sindicato dos Trabalhadoras e Trabalhadores/as Rurais (STTR), atuante no acolhimento e formação política de comunidades camponesas.

Apodi é um município em que parte significativa de sua população vive no espaço agrário (51% dos mais de 35.000 habitantes (IBGE, 2023)). Ele possui mais de cem comunidades rurais e se encontra nos caminhos da rota de expansão dos cultivos da fruticultura irrigada para exportação. De acordo com pesquisas sobre a região, a incorporação de Apodi nos caminhos da expansão de circuitos extrativos está relacionada a um deslocamento da produção de frutas tropicais relacionados à dois fatores:

- À condição de desvalorização intrínseca da produção capitalista, fazendo com que a expansão seja um imperativo territorial;
- Os efeitos das secas entre os anos de 2011 e 2017 nos aportes superficiais de água, fizeram com que empresas do agronegócio no sertão passassem a migrar para áreas alocadas por sobre águas subterrâneas, como é o caso de Apodi, o aquífero Jandaíra (BRITO, 2016; NOBRE, 2022).

A reestruturação produtiva dos sertões desenhada nos planos territoriais no âmbito da construção do Eixo Norte da Transposição do Rio São Francisco envolve a reprodução do modelo de extração consolidado com o Eixo Hidricocêntrico mencionado, para o lado norte-rio-grandense da Chapada do Apodi. Somada à extração de água subterrânea, a chegada das águas por canais visa assegurar a construção e funcionamento do Perímetro Irrigado de Santa Inês. As obras de captação e integração de água do Perímetro foram iniciadas em 2010 e paralisadas em 2012 (MAIA, 2016). Diante do contexto de crise política e financeira, restaram instalações inacabadas que passaram a afetar a circulação das águas.

**Mapa 1: Integração do São Francisco – Eixo Norte.**



Mapa 1: Eixo Norte da Transposição. **Fonte:** Ceará (2018).

No mapa 1<sup>15</sup> podemos perceber que a localização da comunidade do Cumbe, em Aracati/CE e das comunidades camponesas em Apodi/RN estão envoltas em um cerco generalizado das águas que está logrando a expansão de circuitos extrativistas para a porção oeste da Chapada do

<sup>15</sup> O Mapa 1 foi construído com o primoroso auxílio técnico do Professor Dr. Geislan Gomes de Lima, a quem agradeço pela colaboração.

Apodi, na fronteira com o Rio Grande do Norte. O perímetro de Santa Cruz, que nos referimos anteriormente, obra que está inacabada está localizada nas proximidades do Açude de Santa Cruz, recebe águas da Transposição do São Francisco.

As comunidades rurais estão dispostas no território do município de Apodi arranjadas em um ordenamento complexo que envolve quatro regiões originariamente distinguidas pelos indígenas e legadas esse saber-espaco-território para os camponeses, a saber: areia, chapada, pedra e vale (Maia, 2016). Esse arranjo ecológico, político e territorial conformou uma espacialização produtiva da agricultura camponesa organizada de acordo com condições propícias para o cultivo de distintas culturas. Destacam-se nas comunidades camponesas a produção de arroz, feijão e milho, bem como a pecuária, que apresenta uma relevante presença.

Por ocasião da pesquisa visitamos em Apodi a família de Seu João de Deus e Dona Neta, um casal que teve nove filhos, alguns dos quais vivem com os pais e trabalham na propriedade. Fazem da pequena unidade familiar a terra de trabalho e sobrevivência camponesa, no dizer de João de Deus “trabalham só para comer e vestir”. Na casa ladeada por um sombreado alpendre, a família que é filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi nos recebeu para uma entrevista.

O tema emergente apresentado pelos entrevistados, quando interpelados pelos impactos da expansão do agronegócio na região, foi uma recentemente notificação recebida do IARN (Instituto de Águas do Rio Grande do Norte) informando a cobrança referente a utilização de água pela família advinda de um poço artesanalmente cavado na propriedade. Uma tecnologia social hídrica com vazão pequena que alimenta a agricultura familiar passou a ser perseguida e taxada pelo Estado como um mecanismo de judicialização da unidade familiar camponesa. A associação da comunidade e o Sindicato referido aludem que essas ações de órgãos do Estado coadunam com as tentativas de expropriação dessas famílias para instalação de projetos futuros de agricultura irrigada. A área plana do vale e a localização estratégica no aquífero Jandaíra fazendo referido território um alvo da expansão da fruticultura irrigada.

Um pacote de orientações técnicas de cultivo e de objetos de irrigação foram passados para a família como condição para o uso das águas que utilizam há gerações, ações que potencializam a extração de renda da terra da família camponesa, na medida em que interferem nos valores investidos por essas no processo produtivo, impondo um ritmo de trabalho que logre custear esses equipamentos.

A família camponesa precisou contratar um empréstimo em um banco para conseguir adquirir os objetos indicados pelo IARN. Precisar recorrer a esse subterfúgio para continuar reproduzindo suas práticas alimentares é uma circunstância que coloca o trabalho camponês em

situação de dependência e risco diante do capital financeiro, dada periodicidade das secas e instabilidade das safras. No topo da Chapada do Apodi a COGERH (2021) registra ao todo 1.276 poços perfurados para uso de irrigação da agricultura empresarial entre os municípios cearenses e potiguares, com profundidade que variam entre 90 e 400 metros e vazão que chegam a 250 m<sup>3</sup>/h.

A quantidade declarada de poços destinados à irrigação e a estratégia de regularizar o uso camponês da água subterrânea por meio de empréstimos em bancos públicos, são indícios que o capital financeiro está, cada vez mais, se impondo na intermediação das relações de produção no espaço agrário. As exigências procedimentais e o estímulo à aquisição de um pacote tecnológico tendem a corroborar com uma mudança do perfil produtivo do trabalho familiar, facilitando a incorporação desse trabalho na cadeia produtiva da fruticultura irrigada.

Não só pelo viés da expropriação a mudança do perfil produtivo da Chapada do Apodi transforma as relações de trabalho. O trabalho de empreiteiras promove a circulação de dinheiro e crédito, estimulando atividades econômicas subsidiárias à construção de empreendimentos que impactam na oferta de postos de trabalho e na imposição de um ritmo mais frenético de circulação de mercadorias. Mesmo legando somente estruturas abandonadas, verifica-se intensas transformações nos territórios enredados pelos grandes projetos. A extração de água dos aquíferos se tornou o ponto central de demanda do agronegócio, dado contexto de distintos usos pelo setor minero-energético no CIPP e pelos impactos das estiagens da década de 2010.

Dada necessidade premente de expansão, as atividades econômicas extrativas impõem um contexto de conflitos territoriais em Apodi onde os ciclos hidrossociais exercem centralidade nos processos cercamento e expropriação. A organização produtiva das pequenas propriedades, a produção camponesa que reproduz uma dinâmica territorial legada de conhecimentos originários e os instrumentos políticos de articulação estão sendo alvo de investidas do Estado que visam ampliar a territorialização da fruticultura irrigada.

O endividamento e o esgotamento dos recursos hídricos foram estratégias utilizadas para a expansão desses cultivos químico dependente nos perímetros irrigados no Ceará (Freitas, 2017; PONTES et al., 2013), fato que nos leva a crer que a atuação do Estado no estímulo a mudança do perfil produtivo está coadunada com a territorialização e monopolização do agronegócio.

Os processos de resistência também são redefinidos em um contexto de intensas transformações territoriais. A produção camponesa agroecológica tem sido mobilizada como uma ferramenta política de ressignificação dos conhecimentos tradicionais da agricultura camponesa e as estratégias de comercialização se inserem nas agendas políticas das entidades dos movimentos sociais. Por ocasião das pesquisas de campo, visitamos a casa de uma família que se insere no

contexto de filhos e filhas de agricultores sem-terra que retornaram ao campo e se encontram imiscuídos em conflitos territoriais.

Fomos recepcionados por Leomar que nos falou sobre sua intimidade com cada uma das 25 variedades de culturas manejadas<sup>16</sup> e comercializados pela família em feiras agroecológicas ou de porta em porta em acordos previamente acertados pelo *whats app* (Figura 4). Os 0,7 hectares de terra onde vivem com um filho as contradições, as r-existências e a esperança conformam um lugar de acolhida e fortalecimento em meio a um sertão riscado pelo latifúndio improdutivo e assediado por um capital que mira suas terras e águas.

**Figuras 3 e 4:** Produção camponesa agroecológica em Apodi/RN.



Figura 3 e 4: Foto do autor, setembro de 2017.

Do alpendre da casa de Leomar era possível ver uma faixa de cor de tom verde que contrastava com a vegetação cinza do entorno, dado o período de estiagem (Figura 3). A família camponesa nos relatou que a produção diversificada necessita realizar o manejo de “plantas companheiras”, tidas pela agricultura tradicional como ervas daninhas. Tais espécies consideradas danosas para os cultivos em pequena escala são tomadas pela família como aliadas na diversificação e nutrição do solo. Uma redefinição política e epistemológica dos fundamentos da agricultura familiar camponesa que necessita realizar queimada e limpa do terreno no processo de plantio. Essa é, pois, uma ação política de resistência no âmbito da agroecologia. Como no Cumbe, verificamos a introdução de outras gramáticas políticas nos conflitos territoriais pela permanência e territorialização da agricultura camponesa.

<sup>16</sup> Tais como: milho, feijão, fava, coentro, alface, cebolinha, laranja, tangerina, mamão, beringela, abobrinha, abóbora, entre outras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as intensas modificações na dinâmica de reprodução dos ciclos hidrossociais nos sertões e litorais do Nordeste brasileiro, expressos nas obras de infraestrutura que conformam um percurso controlado e vigiado aos rios e uma ampliação da extração de água do subsolo, asseguram a territorialização de atividades econômicas extrativas e impõem um contexto de intensificação de conflitos territoriais em comunidades camponesas e tradicionais. Vale salientar que a questão agrária, uma expressão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, está sendo agudizada e redefinida. Logo, a territorialização da propriedade privada da terra, sob a égide empresarial financeira do proprietário-ausente acionário, está impondo um sistema de gestão empresarial à dinâmica de reprodução da natureza em uma escala mais ampla, logrando territorializar estruturas produtivas improváveis em zonas de natureza de exceção.

Com a elaboração desse artigo objetivamos realizar uma análise que buscou compreender o controle territorial da água como elemento central dos conflitos no espaço agrário. Para tanto, foi necessário empreender um olhar sobre as relações entre natureza, Estado e desenvolvimento no processo de controle do Rio Jaguaribe e os desdobramentos e limites desse projeto econômico.

A partir de uma revisão da literatura produzida sobre o tema, de uma investigação documental em instituições do Estado e movimentos sociais e da realização de atividades de campo, constatamos que a territorialização de circuitos econômicos extrativos acontece mediante instituição de estratégias políticas que reduzem a capacidade de articulação das instâncias políticas comunitárias. Ademais, o contexto de acirramento das diferenças, de ampliação das formas de violência institucional e a gestão das contradições pela lógica da segurança privada, elementos característicos da ascensão do autoritarismo no Brasil nos últimos anos, se intensificaram antecipadamente nas comunidades tradicionais com a territorialização de atividades econômicas no contexto de neoliberalização da economia.

Diante do que foi exposto, observa-se que as regiões costeiras veem os impactos das atividades extrativas amplificados pela redução do fluxo dos rios nos ecossistemas estuarinos, abrindo espaço para os cercamentos dos mananciais hídricos para a criação camarão em cativeiros. Constatamos que a expansão da produção de energia eólicas no litoral cearense provoca a intermediação de agentes financeiros internacionais em uma dinâmica territorial caracterizada pelo uso comum de espaços costeiros. Assim, os cercamentos, à medida que impõem um regime de intensificação das diferenças nas instâncias políticas comunitárias, instituem um sistema de vigilância, utilizando a força de trabalho de moradores locais na forma de funcionários dos cativeiros ou vigilantes privados dos empreendimentos.

Observa-se ainda, que a lógica de confinamento dos rios à montante, em reservatórios monitorados, se reproduz à jusante na instalação de perímetros irrigados que impõe um ritmo de transformação do trabalho camponês mediante a expropriação ou a incorporação desse trabalho na cadeia produtiva da fruticultura irrigada. Desse modo, a instabilidade econômica da produção de frutas tropicais impõe uma premente expansão que visa à incorporação de novos espaços e a apropriação de aquíferos subterrâneos. Para tanto, faz-se necessário a construção de novas estruturas de controle de circulação dos corpos hídricos que, financiada pelo capital financeiro, intensificam a circulação de crédito, estimula a mudança do perfil produtivo da agricultura camponesa e impõe um regime de gestão corporativa dos recursos hídricos.

No bojo dessas transformações, os movimentos sociais do campo agem em rede promovendo uma interpretação crítica ao desenvolvimento e incorporando outras gramáticas políticas às suas práticas. Constatamos a atuação política mediante o exercício de memória das origens sociais dos costumes comuns no Cumbe por um viés afrodiaspórico e a uma redefinição das práticas laborativas no Apodi por ocasião do diálogo com os fundamentos da agroecologia.

É notório que estamos vivenciando um momento político de contestação e julgamento, no âmbito do Poder Judiciário, de práticas políticas autoritárias cometidas com a ascensão ao comando do Estado pelo Bolsonarismo no Brasil no contexto da Pandemia da Covid 19. Concomitante a esse exercício político de memória recente, estamos diante de uma retomada dos grandes projetos de infraestrutura que preveem investimentos na ordem de R\$ 1,7 trilhão por parte do Estado e da iniciativa privada, alimentando a verve financeira do extrativismo.

Além disso, o contexto de legitimidade da violência política como forma de desmonte do Estado, que se fez presente primeiro nas comunidades tradicionais e se generalizou na política institucional brasileira com a crise pós-golpe de 2016, nos faz crer que não será feita justiça diante da tragédia que vivemos com a ascensão do autoritarismo se essas comunidades forem novamente alvo por excelência de investidas incisivas de extração, mediante a territorialização de grandes projetos de desenvolvimento. Assim, teremos, somente, um adiamento da onda política do autoritarismo, por uma década, se muito.

Portanto, as entidades sociais articuladas a partir dos processos de resistências das comunidades camponesas e tradicionais tiveram um papel decisivo na mobilização política para enfrentar o autoritarismo no Brasil e colocar no comando do governo federal um partido político de origem popular e trabalhista. A condução macroeconômica e a opção pelas commodities, cartilha do consenso de Washigton e do capital financeiro, têm sido cumpridos com esmero pelos governos petistas no Brasil, uma contradição que precisa ser enfrentada do ponto de vista político e teórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M. & PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: Revista Estudos Avançados, 24 (68) p. 108-119, 2010.

ADECE. Perímetro Irrigados do Ceará. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. Fortaleza, 2011.

ALEMÃO, Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Fortaleza – Crato, 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

BARTRA, Armando. **El hombre de hierro**. 2ª Edição. Cidade do México: UNAM, 2014.

BRITO, Anderson C. R. **Águas para que(m): Grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Curitiba: CRV, 2016.

\_\_\_\_\_. **Rio Jaguaribe, das entradas aos açudes: A guerra como fundamento da formação territorial do Ceará**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2023.

CEARÁ (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Um retrato do semiárido cearense**. Texto para Discussão Nº 76. Fortaleza/CE: 2010.

CEARÁ (Estado). Secretaria de Recursos Hídricos. **Atlas Hidrológico do Estado do Ceará**. Disponível em: <http://atlas.cogerh.com.br/>. Acesso em: 11/09/2024.

CAVALCANTI, Leandro V. **As firmas tomaram conta de tudo**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. Boletim de Monitoramento de poços. Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/boletins-de-monitoramento-de-pocos-com-datalogger/> Acesso em 10/08/2023.

DINIZ, Aldiva S. A construção de perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise & SAMPAIO, José L. F (Org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise (Org). **O novo espaço da produção globalizada**. O Baixo Jaguaribe – CE. Fortaleza: FUNECE, 2002.

\_\_\_\_\_. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, D. & SAMPAIO, José Levi F (Org.). Paradigmas da agricultura cearense. Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FILGUEIRAS, L. [ET. AL.]. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: Política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. Em: GONÇAVES, R. [ET. AL.] (Ed.). **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FILHO, Eraldo da S.; MITIDIERO JR. Marcos A. & SANTOS, Layany R. S. (Org.) **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo, Outras Expressões, 2016.

FREITAS, Bernardete M. C. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIOGOTTO, R (Org.). **Agrotóxico, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Coedição com a Expressão Popular e Edições UFC, 2011.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **Membros da FPA**. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/>

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro.** Civilização brasileira, 1972.

GONÇAVES, Reinaldo. **A Herança e a Ruptura.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

GONDIM, Linda M. P. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). Em: SOUZA, Simone. **Uma nova história do Ceará.** 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el extrativismo. Contexto y demandas bajo el progressismo sudamericano atual. In: Extrativismo, políticas y sociedade. Varios autores. Quito: CAAP Y CLAES, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablune, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LOPES, Camila A. de O. **O lugar da comunicação nos conflitos ambientais: experiência e reflexão a partir do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria/CE.** 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Fortaleza, 2019.

LEROY, J.P.; [ET. AL.]. **Projeto avaliação de equidade ambiental como instrumento de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: FASE - IPPUR/UFRJ, 2011.

MAGALHÃES, João P. de A. Estratégias e modelo de desenvolvimento. Em: GONÇAVES, R. [ET. AL.] (Ed.). **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MAIA, Renata C. C. “**Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias**”: a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). 2016. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MALHEIRO, Bruno C.; CRUZ, Vater do C. Geo-grafias dos Grandes Projetos de desenvolvimento: Territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **GEOgraphia**, v. 21, n. 46, p. 18, 21 out. 2019.

MARTINS, Joséde S. **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso.** 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARX, Karl. **Grundisse.** São Paulo: BOITEMPO, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Capital. Vol. 01.** São Paulo: BOITEMPO, 2013.

MELO, Rafael D. de. **Riscos ambientais, processos de vulnerabilização e controvérsias em torno do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará.** 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MITIDIERO JR. Marcos A. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da S.; MITIDIERO JR., Marcos A.; SANTOS, Laiany R. **Questão agrária e conflitos territoriais.** São Paulo, 2016.

MITIDIERO JR., M. A.; GOLDFARB, Y. **O Agro não é Tech, o Agro não é Pop e muito menos tudo.** São Paulo: ABRA, 2021.

NOBRE, Francisco W. **A redefinição espoliativa dos “caminhos das águas” e os conflitos hidroterritoriais no cariri cearense.** João Pessoa: UFPB, [s.d.].

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. DE. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iánde Editorial, 2016.
- PARENTE, Josênio& ARRUDA, José M. (Org.) **A era Tasso Jereissati. Modernidade e Mito**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.
- PAULANI, L. **Brasil Delivery. Servidão financeira e Estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- PEREZ, Mercedes S. **R-existências sociais pela vida: camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das zonas de reserva camponesas (Colômbia)**. Curitiba: CRV, 2017.
- PONTES, A. G. V. et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3213–3222, nov. 2013.
- PORTO-GONÇALVES. Carlos W. **A natureza da globalização e a globalização da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; CHAGAS, Samuel B. das. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina/BA**. Bom Jesus da Lapa: 2021.
- PRIETO, G. F. T. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 27 mar. 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.) **La conolialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Ialtinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RIBEIRO, Gilmar Lopes. **Parques eólicos: impactos socioambientais provocados na região da praia do Cumbe, no município de Aracati Ceará**. 2013. 154 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104406>>.
- RIGOTO, Raquel. **20 Anos Núcleo Tramas**. Memorial. Fortaleza: UFC, 2016.
- SAMPAIO, J. L. F. As águas, a seca e o Estado. Em: SILVA. JOSÉ B. & [ET. AL.] (ORG). **Ceará: Um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo. Globalização e espaço técnico-científico informacional**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
- SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos socis. *In*: DILGER, G.; LANG, M. & PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- TEIXEIRA, A. C. DE A. **O trabalho no mangue nas tramas do (des)envolvimento e da des(ilusão) com “esse furacão chamado carcinicultura”**: conflito socioambiental no Cumbe-Aracati-CE. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.
- WALLACE, Rob. **Pandemia e Agronegócio. Doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.